

CONTABILIDADE SOCIOSUSTENTÁVEL: A TRAJETÓRIA DA COOPERATIVA AGRÍCOLA ORGÂNICA - COOPERAGREPA.

RESUMO

Desenvolvimento Sustentável pode ser definido pelo equilíbrio harmônico entre evolução tecnológica e a preservação ambiental. Oportuniza que diversos grupamentos sociais possam ter acesso aos benefícios resultantes do crescimento econômico. Essa geração de riqueza deve basear-se em reflexões nas questões sociais, como a melhoria da qualidade de vida de toda a população, ou seja, levando em consideração as questões preservacionistas do meio ambiente. O artigo tem como escopo apresentar reflexões sobre o desenvolvimento sustentável e a trajetória da Cooperagrepa e sua relação com os cooperados do Condomínio Agrícola Boa Esperança, do município de Terra Nova do Norte do estado de Mato Grosso.

O estudo da contabilidade sociosustentável foi de suma importância para a presente pesquisa, uma vez que determinou as condições para o entendimento dos fatores sociais e econômicos que intermediam as relações entre a Cooperagrepa e seus cooperados, a partir das premissas conceituais que direcionam o desenvolvimento sustentável da região. No caso específico da Cooperagrepa, as questões de gestão operacional e econômica estão inseridas no âmbito da contabilidade social sustentável, uma vez que implica em estudar as possibilidades de melhoria nas condições econômicas e sociais de um grupo de pessoas (cooperados do Condomínio Boa Esperança). E nesse sentido é necessário a implantação de uma nova política organizacional na Cooperagrepa, na qual privilegie a formalização do controle interno da entidade. Outro ponto importante é instrumentalizar um orçamento social, que proporcione visibilidade as dimensões econômicas e financeiras da entidade, além da melhoria dos serviços prestados aos cooperados como na logística do escoamento da produção.

Palavras-Chave

desenvolvimento, sustentável, cooperagrepa.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 2 |
| 2. REFERENCIAL TEÓRICO | 3 |
| 2.1 Desenvolvimento Sociosustentável..... | 3 |
| 2.2 Agricultura Orgânica..... | 5 |
| 2.3 Cooperativismo Agrícola..... | 6 |
| 2.4 Cooperativismo Agrícola..... | 7 |
| 2.5 Contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável..... | 8 |
| 3. ESTUDO EMPÍRICO - A trajetória da Cooperagrepa: o discurso e a prática | 9 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 11 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS | 12 |

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, a sustentabilidade é balizadora de qualquer projeto de desenvolvimento socioeconômico. O reconhecimento da complexidade e heterogeneidade dos ecossistemas é exigência básica e necessária para qualquer atividade humana. Quanto às questões rurais, essa nova perspectiva, no âmbito da agricultura sustentável, implica numa nova abordagem gerencial dos recursos naturais.

Moura (2002) afirma que o desenvolvimento sustentável tem como base conceitual o paradigma do crescimento econômico harmonizado com as questões ambientais preservacionistas. A sustentabilidade está associada a mecanismo de controle social, com a participação da sociedade e do Estado, seja no âmbito urbano, seja no âmbito rural. Esse controle social tem que instrumentalizar políticas públicas voltadas ao bem estar da população, no que tange à saúde, educação, habitação, seguridade social, tanto no espaço rural como no espaço urbano.

Para Jacobi (2005), os problemas sociais e econômicos vividos pelo Brasil nas últimas décadas deram origem a uma questão fundamental, qual seja: a geração de trabalho e renda. Tal questão é inadiável, uma vez que o seu enfrentamento da mesma implica num encadeamento de políticas públicas direcionadas ao incentivo de alternativas socioeconômicas. Dentre elas estão as de cunho popular que primam pelo exercício do cooperativismo, resultante de ações coletivas que representam atividades fundamentais para consolidação da autogestão, minimização das desigualdades e da pobreza.

No caso específico da gestão de cooperativas agrícolas, baseadas na qualidade produtiva, é fundamental que estas estejam em consonância com um padrão necessário para o desenvolvimento sustentável. Ou seja, que valorize os bens naturais, as fontes de matérias-primas, as potencialidades criativas do quadro humano, as comunidades do entorno, ao estabelecer uma nova cultura, sem espaços para o descartável e para o desperdício baseado num processo social de cooperação entre seus integrantes. Segundo Schneider (1998, Parte I - A), a cooperação, no sentido mais amplo, é um dos principais processos sociais, o que possibilita a vida social como um todo, dentro de um sistema organizado e harmônico.

A partir dessas premissas, o presente artigo tem como objeto analisar a relação do cooperativismo agrícola e o desenvolvimento sustentável, a partir do estudo da trajetória da Cooperagrepa – cooperativa agrícola orgânica do norte do estado do Mato Grosso.

Utilizou-se a pesquisa descritiva, assim definida por Gil (2007, p.42), “objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Para melhor compreender a relação da trajetória da Cooperagrepa com a questão emancipatória dos seus cooperados foram pesquisadas algumas fontes bibliográficas, a partir de obras literárias, tais como: livros, periódicos, sites e bases de dados na Internet, entre outros, a fim de obter melhor entendimento teórico do trabalho em desenvolvimento, estruturando as concepções, de forma abrangente, por meio dos dados analisados durante a pesquisa. Quanto ao universo e amostra, a população da pesquisa foi a Cooperativa Cooperagrepa e seus cooperados da cidade de Terra Nova do Norte/MT.

A técnica de entrevista utilizada na pesquisa de campo foi o de coleta de dados, a partir das premissas teóricas que constituem o pensamento de Gaskell (2002, p. 64 – 65): “nas ciências sociais empíricas, a entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente empregada”. O processo de

interpretação foi concebido como um processo de produção de sentido. Portanto, “o sentido é o meio e o fim de nossa tarefa de pesquisa”. (SPINK; LIMA, 2004, p. 105)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento sustentável tem como base conceitual o paradigma do crescimento econômico harmonizado com as questões ambientais preservacionistas. Essa ideia ficou reforçada a partir do Rio 92, momento em que a lógica evolucionista foi associada ao crescimento socioeconômico, como elemento essencial para o estabelecimento de um novo cenário de ocupação do território e suas implicações no processo ambiental. Ficando claro que os possíveis interesses conflitantes que viessem a surgir, a partir dessa ocupação territorial, poderiam ser enfrentados com o estabelecimento de uma solução dialogada entre os atores envolvidos. (ZHOURI, LASCHEFSKI, PAIVA, 2005).

Segundo os mesmos autores (2005), o modelo de desenvolvimento no Brasil, ao longo dos séculos, tem evoluído do extrativismo e da agricultura de subsistência para uma exploração agroindustrial intensa a partir do uso de tecnologias modernas e, em muitos casos, associados à ocupação e à utilização desordenada dos recursos naturais, o que implica num eminente risco para a sustentabilidade dos recursos do meio ambiente.

Para Viola (1992 p. 69): “os parâmetros do debate ambiental brasileiro mudou em 1990: já não se fala mais em proteção ambiental independentemente do desenvolvimento econômico”, o que implica em uma mudança de perspectiva diante do desenvolvimento sustentável no país.

Entretanto, para a produção de alimento os recursos utilizados são renováveis, o que deveria determinar que a atividade agrícola fosse altamente sustentável. Contudo, a agricultura moderna convencional tem características que mais se assemelham a uma indústria extrativista, o que a afasta de uma condição sustentável. Agregado a essa característica, há o envolvimento de custos não-ambientais, como impactos para trabalhadores, para as comunidades em torno da atividade de produção, o que vem, dentre outros motivos, a originar os conflitos ambientais, na perspectiva da expansão agrícola. (ZHOURI e ZUCARELLI, 2005).

Segundo Gewehr (2006), a premissa de objetivar o desenvolvimento sustentável baseia-se, inicialmente, na crescente insatisfação com a situação criada e imposta pelos modelos de desenvolvimento e de produção que regem as atividades humanas. É resultado também de emergentes pressões sociais pelo restabelecimento de uma equidade social, o que se verifica nos elementos conceituais que fundamentaram a elaboração da Agenda 21 brasileira, ou seja, a substituição progressiva dos sistemas simplificados convencionais por sistemas diversificados que implantem uma integração entre os sistemas produtivos e os ecossistemas naturais.

Para Montibeller Filho¹ (2007), os elementos que compõem o conceito de desenvolvimento sustentável estão calcados na preservação da qualidade do sistema ecológico, a satisfação das necessidades sociais, a necessidade de crescimento econômico, a

¹ Gilberto Montibeller Filho, economista, professor doutor em Ciência Política, coordenador do NUDER (Núcleo de Economia Ambiental e Desenvolvimento Regional) e chefe do Departamento de Economia da UFSC.

fim de atender a geração presente e as futuras. Verifica-se, assim, que há uma ligação com as condições sociais e tecnológicas, tais como: a pobreza, a deterioração do meio ambiente e o crescimento populacional, o uso racional da energia ou ainda, a utilização de técnicas substitutivas do uso de bens não-renováveis.

A partir dessa lógica, o desenvolvimento sustentável não é estado permanente de equilíbrio, mas sim, um processo sistêmico de mudança na lógica utilitária no que concerne ao acesso dos recursos, bem como na distribuição de custos e benefícios. Desse modo, o desenvolvimento sustentável, segundo Wced (1991 p. 49), representa:

Um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e às aspirações humanas.

Nesse sentido, Moura (2002, p. 10) corrobora que,

Ao longo do tempo o homem sempre utilizou os recursos naturais do planeta. Os recursos eram abundantes e a natureza aceitava os despejos de resíduos realizados. Hoje, a questão ambiental é um dos assuntos que mais tem atraído a atenção das pessoas, pela valorização que se dá à qualidade de vida e pela percepção de que as conseqüências do descaso com o meio ambiente têm conduzido a situações críticas para a própria sobrevivência da humanidade em longo prazo.

No âmbito conceitual, o termo desenvolvimento sustentável tem várias interpretações, com abordagens diferenciadas entre os atores sociais. Como no caso do termo sustentabilidade, estamos diante de uma problematização conceitual que nos obriga a adotar uma abordagem cautelosa, sobre tudo devido a sua cristalização (OLIVEIRA, 2008). Continua a autora que, em 1987, foi adotada uma definição oficial para desenvolvimento sustentável, a partir do Relatório *Brundtland*, ou Relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, qual seja: “desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades” (MONTIBELLER FILHO, 2004, p. 50, apud OLIVEIRA, 2008 p.37).

Oliveira (2008) aponta que tal definição se pauta por uma lógica intrageracional e intergeracional, ou seja, pretende dar respostas às necessidades das atuais e das próximas gerações.

Já Gustavo Ribeiro (apud OLIVEIRA (2008, p. 37) afirma que é preciso “pensar o desenvolvimento sustentável como um campo de disputas ideológicas, utópicas, políticas, econômicas e técnicas”.

Numa abordagem mais funcionalista, Lisa Schmidt e Susana Valente (2004, p. 29, apud OLIVEIRA, 2008, p. 40) apontam três pilares do desenvolvimento sustentável: “desenvolvimento econômico, coesão social e proteção do ambiente”. E as mesmas autoras acrescentam a “dimensão institucional ou *governance*”, como o terceiro pilar (Ib. idem).

Na perspectiva dessas autoras, a sustentabilidade ambiental está dimensionada num objetivo interconectado a todas as esferas da vida, algo que na prática tem acontecido muito parcamente (apud OLIVEIRA, 2008).

Assim, percebe-se que o a definição de desenvolvimento sustentável está em meio a uma controvérsia epistemológica. Entretanto, as definições mais recentes, acima citadas, representam um marco conceitual que contribui para os balizamentos das ações humanas, quanto a sua intervenção junto biodiversidade e dentro da lógica da sustentabilidade – nos modos de produção e consumo – para a construção de um mundo social que prime por um sistema econômico e ambientalmente justo.

2.2 A Agricultura Orgânica

A partir da década de 1990, as questões ambientais, e, principalmente, a relação entre o desenvolvimento e o meio ambiente, têm ampliado a um nível de prioridade sem comparação. Verifica-se um reposicionamento da sociedade e das instituições em relação às variáveis ambientais nos parâmetros de desenvolvimento, a partir de decisões privadas e públicas. Nesse sentido, há uma preocupação crescente nas ciências sociais e humanas, nas áreas tecnológicas e técnicas, assim como em outros campos do conhecimento. O que corrobora a idéia da relevância das questões ambientais junto a cientistas, pensadores, políticos, empresários, consumidores, ambientalistas, além de todos os agentes sociais do mundo contemporâneo.

Entretanto, a agricultura orgânica não é uma prática resultante desse movimento ambientalista contemporânea, ela já estava convencionada antes da difusão da agricultura moderna e surgiu em 1905, a partir de estudos desenvolvidos pelo inglês Abert Howard, na Índia que observou que os camponeses utilizavam um composto orgânico para cultivar plantas livres de pragas e doenças de cultura. Esse sistema baseia-se no seguinte: um solo adubado com composto orgânico, resultando em plantas saudáveis, por meio de uma técnica denominada compostagem² (BONILLA,1992. Capítulo I).

A agricultura orgânica, no Brasil foi regulamentada em 17 de maio de 1999, pela Instrução Normativa nº 7. Conforme definida nessa instrução,

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária e industrial todo aquele em que se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e socioeconômicos, respeitando a integridade cultural e tendo por objetivo a autosustentação no tempo e no espaço, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e eliminação do emprego de agrotóxicos, organismo geneticamente modificados – OGM/trangênicos ou radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e consumo, e entre os mesmos, privilegiando a preservação da saúde ambiental e humana, assegurando transparência em todos os estágios da produção e da transformação, visando:

a) à oferta de produtos saudáveis e de elevado valor nutricional, isentos de qualquer tipo de contaminantes que ponham em risco a saúde do consumidor, do agricultor e do meio ambiente;

² É um processo que utiliza materiais orgânicos pela decomposição desses materiais, sob condições controladas de temperatura, através de empilhamento.

b) à preservação e à ampliação da biodiversidade dos ecossistemas, natural ou transformado, em que se insere o sistema produtivo;

c) à conservação das condições físicas, químicas e biológicas do solo, da água e do ar, e

d) ao fomento da integração efetiva entre agricultor e consumidor final de produtos orgânicos, e ao incentivo à regionalização da produção desses produtos orgânicos para os mercados locais.

Considerando-se produto da agricultura orgânica, seja *in natura* ou processado, todo aquele obtido em sistema orgânico de produção agropecuária e industrial. O conceito de sistema orgânico de produção agropecuária e industrial abrange os denominados ecológicos, biodinâmico, natural, sustentável, regenerativo, biológico, agroecológico e permacultura. Para efeitos desta Instrução, considera-se produtor orgânico, tanto o produtor de matérias-primas como o processador das mesmas.

Importante ressaltar que qualquer processo produtivo agrícola resulta em impacto ao meio ambiente. Contudo, a perspectiva orgânica visa minimizar estes impactos através de um manejo agrícola correto, objetivando atingir a semelhança de um sistema natural ecológico que, por sua vez, evidenciando as diferenças com o manejo da agricultura convencional.

2.3 O Cooperativismo: contextualização histórica

Segundo Oliveira (1979, p. 24), o século XIX, depois da conquista do balão de ar de Montgolfier, do surgimento do barco a vapor de Fulton, da primeira locomotiva por Stephenson, da Revolução Industrial, com a máquina a vapor nas fábricas, além da invenção do tear mecânico - que substituiu 300 homens, trouxe em seu bojo o desemprego e a miséria para muitos excluídos desse processo.

Entretanto, conforme o autor, o liberalismo econômico não trouxe os benefícios esperados. Tendo como base ideológica o capital colocado como fator de produção em escala superior de importância em relação ao elemento humano, fez originar conflitos sociais entre operários e patrões, o que ensejou o surgimento de doutrinas revolucionárias, tais como: Mill na defesa da justiça social e Marx e Engels com o Manifesto Comunista que pregam a luta de classes.

Oliveira (1979) ainda afirma que o descontentamento das classes operárias aumentou, bem como os enfrentamentos políticos ideológicos, como o que ocorreu na Inglaterra, em Rochdale, distrito de Lancashire, no ano de 1843 quando trabalhadores reivindicaram aumento de salário. Os empregadores, em sua maioria, rejeitaram o pedido. Então, em novembro, vinte e oito tecelões resolveram reunir-se para melhorar a situação econômica, através da criação de um armazém cooperativo de consumo. Economizaram durante um ano uma pequena parte de seus salários de modo a poder para formar o capital inicial do armazém. Inscreveram seu “Rochdale Society of Equitable Pionner” no registro de firmas em 28 de outubro de 1844 e o armazém de “Toad Lane” foi inaugurado, após a economia de uma libra esterlina, em 21 de dezembro do mesmo ano. Atendia aos operários e suas famílias e tinha princípios claramente estabelecidos, conforme descreve Rabuske (2002 p. 25-26):

1. Adesão livre e voluntária: o ingresso na sociedade não pode ser vedado àqueles que preencham as condições estatutárias, independentemente de raça, sexo, ideologia política e religiosa.
2. Gestão democrática: as cooperativas são organizações democraticamente controladas por seus sócios, que participam ativamente nas tomadas de decisão. Cada homem um voto, independente das cotas de capital.
3. Participação econômica: os sócios contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente.
4. Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas controladas pelos seus membros.
5. Educação, formação e informação: as cooperativas proporcionam a educação e a formação de seus membros (sócios, representantes eleitos e funcionários) de modo que estes possam contribuir para o desenvolvimento de suas cooperativas.
6. Intercooperação: as cooperativas atendem seus sócios de maneira mais eficaz e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando juntos, através de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7. Compromisso com a comunidade: as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas por seus membros.

Schneider (1998) afirma que esses princípios norteiam ainda hoje os estatutos das cooperativas espalhadas pelo mundo. Tais princípios traduzem o espírito social e democrático, em que o capital não é determinante da participação associativa, mas como um instrumento para realização dos objetivos comuns.

Nos dias atuais, o movimento cooperativista é uma ferramenta importante como alternativa para a geração de renda, bem como para aquelas comunidades que estão excluídas do processo científico-tecnológico e das exigências, por vezes, tiranas do mercado.

As cooperativas podem adotar vários serviços, de acordo com a atividade econômica de seus associados. Entretanto, os principais tipos de cooperativas são de consumo e crédito, embora haja outros tipos, tais como: agrícola, trabalho, educação, produção, energização rural, telecomunicações e o segmento da saúde.

2.4 Cooperativas Agrícolas

Segundo Gonçalves (1987), as cooperativas agrícolas, dentro de um processo capitalista, centralizando o capital agrário, constituem um poder no mercado, capaz de garantir aos agricultores uma capacidade de enfrentamento aos oligopsonios ou oligopolios que dominam a cadeia de produção-consumo.

Segue o autor (1987) afirmando que as cooperativas agropecuárias surgem no Brasil, no Estado de Minas Gerais, em 1907, capitaneado pelo governador na época João Pinheiro, que lançou seu projeto cooperativo com objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização estava sob controle de estrangeiros. Como o café era o carro-

chefe da economia mineira, criou-se uma seção exclusiva para o produto, concedendo-lhe isenções fiscais.

Para Schneider (1998), as cooperativas agropecuárias aos poucos foram sendo criadas no sul do Brasil, principalmente nas comunidades de origem italiana e alemã, as quais traziam um conhecimento do sistema cooperativo europeu favorecendo a consolidação das cooperativas da região Sul.

Guimarães e Araújo (1999), afirmam que o cooperativismo agropecuário se divide conforme os tipos de produtos agrícolas com os quais trabalham. Muitas são mistas, ou seja, possuem mais de uma seção: a de compra em comum (insumos, adubos, sementes e instrumentos) e a de venda em comum (comercialização de produtos).

Complementam os autores que, com o passar do tempo, o cooperativismo agropecuário ampliou suas fronteiras e se espalhou por todo o território nacional. Hoje, essa forma de cooperativismo encontra-se associada a exportações e aos resultados da Balança Comercial do país, com prestação de diversos serviços, como assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, bem como a assistência socioeducacional dos seus cooperados e se constitui num dos segmentos mais fortes do cooperativismo brasileiro.

2.5 Contabilidade ambiental e o desenvolvimento sustentável.

A Contabilidade Ambiental representa um segmento da Contabilidade tradicional, tendo como objetivo “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em determinado período, visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade” (RIBEIRO, 2006, p. 45)

Na avaliação de Martins e De Luca (1994, p.25), a Contabilidade Ambiental contempla informações que “vão desde os investimentos realizados, seja em nível de aquisição de bens permanentes de proteção a danos ecológicos, de despesas de manutenção ou correção de efeitos ambientais do exercício em curso, de obrigações contraídas em prol do meio ambiente”, incluindo até medidas físicas, “quantitativas e qualitativas, empreendidas para sua recuperação e preservação”.

Segundo Braga (2007, p. 4), o desenvolvimento sustentável está baseado em três aspectos relacionados com a responsabilidade social e ambiental: (1) **capital social**: emprego de recursos a fim de gerar cidadania através de uma rede produtiva agregativa e incluyente que permita o crescimento econômico local; (2) **retorno econômico**: que beneficie todos os usuários, principalmente investimento em ciência e tecnologia permitindo produzir mais com menor quantidade de matéria-prima – reduzindo o volume de resíduos e (3) **respeito ao meio ambiente**: gestão ambiental na organização a fim de impedir impactos negativos para sociedade e o meio ambiente.

Nesse aspecto, continua Braga (2007, p. 5), que a abordagem da Contabilidade sob enfoque econômico pretende atender aos três aspectos, quando informa os efeitos que a adoção de políticas ambientais pode ocasionar no patrimônio das organizações e das pessoas físicas, ou seja, no microeconômico. Já no aspecto macroeconômico, avalia os efeitos que irá causar no Produto Nacional Bruto, bem como em outros indicadores socioeconômicos.

O papel da Contabilidade pode tornar-se relevante, na medida que contribui com uma mudança no gerenciamento dos meios de produção, no que tange ao processo empresarial,

bem como servir de parâmetro conceitual para o controle patrimonial sob égide dos conceitos preservacionistas dos meios naturais.

Dentro desta perspectiva a Contabilidade Ambiental auxilia no entendimento sobre as variações patrimoniais decorrentes de um complexo processo sistêmico, que navega por questões econômicas, técnicas, administrativas e humanas. E, que a partir dessa premissa, seria aparentemente reducionista admitir que somente o gerenciamento de variações patrimoniais e sociais seria capaz de minimizar os impactos no meio ambiente, advindos da crescente “otimização” do uso de recursos naturais no âmbito agrário.

Outra contribuição da Contabilidade está em influenciar o desenvolvimento sustentável dos processos econômicos. Ou seja, contribuir com a geração de uma riqueza limpa, onde a questão da preservação ambiental determine as ações humanas no processo produtivo da economia. E assim, estabelecer novos horizontes para o crescimento econômico – pautado pelo conceito do desenvolvimento sustentável.

3. ESTUDO EMPÍRICO - A trajetória da Cooperagrepa: o discurso e a prática

A partir dos dados que foram coletados, apresentam-se, por meio dos mapas de análise, as entrevistas com dirigente, funcionários e cooperados da Cooperagrepa, onde foi possível levantar informações sobre as questões históricas e a situação organizacional da cooperativa, bem como as condições socioeconômicas decorrentes da participação dos seus cooperados (grupo do Condomínio Agrícola Boa Esperança do município de Terra Nova do Norte/MT), a partir da trajetória dos seis anos de atuação da entidade nos âmbitos: institucional, social, econômico e ambiental.

Entrevistas com Domingos Vargas: Análise e Interpretação.

Quadro 1.

| Questões Objetos | Contextualizações | Informações Complementares |
|--|---|---|
| Como foi o processo de fundação da Cooperagrepa? | A Cooperagrepa foi criada em agosto de 2003, através da organização dos agricultores. | Já tinha uma experiência lá com a Agrepa/SC. Foi lançado o desafio de criar uma estrutura semelhante aqui No início tínhamos 400 famílias. |

Fonte Autor

A análise da resposta do presidente Domingos deixa claro que a criação da Cooperagrepa foi inspirada numa cooperativa orgânica do estado de Santa Catarina – a Agrepa. Essa fundação foi marcada pela forte participação de políticos e agricultores dos municípios que circunvizinham a cidade de Terra Nova do Norte/MT. Percebe-se que havia uma demanda agroecológica na região, que, com a fundação da Cooperagrepa, foi, de alguma forma, suprida. Essa demanda é originária do histórico de desmatamento da região, servindo a fundação da cooperativa como uma resposta às pressões nacionais e internacionais de preservação da Amazônia.

Quadro 2

| Questões Objetos | Contextualizações | Informações Complementares |
|---|---|--|
| Quantos produtores estão associados à Cooperagrepa? | Atuando são 200, ao total são 300 famílias sócias, distribuídas em vários municípios. | Poderíamos estar maior, mas sem critério. Muitos grupos procuram somente pela questão econômica. |
| Qual a abrangência geográfica da Cooperagrepa? São quantos municípios e quais são eles? | Ela está em dez municípios, mas agora, com o projeto do SEBRAE, ela será ampliada para dezesseis municípios no território Portal da Amazônia. | Uma área muito grande em termos de espaço, só que são núcleos com um número pequeno de famílias por município. |
| Quais são os principais serviços prestados pela cooperativa? | O mais forte e também o mais solicitado é o serviço de comercialização. Também são solicitados os de tecnologia e de assistência técnica. | Para os serviços assistência tecnológica e técnica, temos parcerias. A idéia é que sejamos autônomos nesses serviços, mas por enquanto temos as parcerias. |

Fonte Autor

Essas respostas do presidente Domingos esclarecem pontos importantes, por exemplo, o número de famílias cooperadas, a abrangência geográfica da cooperativa, que sem dúvida é significativa. Demonstrando uma possível força institucional da cooperativa, com os seus desdobramentos: políticos, sociais e econômicos para região do norte-matogrossense. Mas principalmente registra a relevância da Cooperagrepa para o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico para seus cooperados.

Entrevistas com Senhor Djair Paim – cooperado da Cooperagrepa e líder do Condomínio Boa Esperança: Análise e Interpretação.

Quadro 3.

| Questões Objetos | Contextualizações | Informações Complementares |
|--|--|--|
| Como começou sua relação com a agricultura? | Meu pai já era agricultor desde 1950. Viemos para o Paraná em 1965. | Após os 18 anos constitui família e permaneci na agricultura familiar. |
| A Cooperagrepa tem cumprido a sua função estatutária de abrir mercado e espaço de comercialização? | E eu acho que essa cooperativa na verdade não está cumprindo este papel. | Para a pessoa obter renda a cooperativa tem que abrir mercado, te orientar e te representar - a cooperativa é isso. Mas não é o que acontece com a Cooperagrepa. |
| Esses problemas citados pelo senhor têm sido discutidos nas reuniões do Conselho. | Sim, tenho levado esses problemas para as reuniões do Conselho Consultivo: a implantação da Agroindústria, a questão dos transportes e a comercialização dos produtos. | Uma coisa que eu odeio é comodismo. E é o que está acontecendo. Estamos perdendo a credibilidade junto aos cooperados. Deste jeito vai ser difícil recuperá-la. E isso é vergonhoso! |

Fonte Autor

Essas respostas do senhor Djair são eloquentes e enfáticas em demonstrar a insatisfação pelos serviços prestados pela Cooperagrepa, no que tange a questões de logística na comercialização dos produtos orgânicos, como também na implantação de um projeto de aumento da produção orgânica, que pudesse atender aos mercados nacionais e internacionais. Percebe-se que há divergências nas respostas apresentadas pelo presidente Domingos (já comentadas nesse trabalho) com as respostas do senhor Djair. E que tais divergências são embaladas por uma disputa de poder dentro da Cooperativa. Onde de um lado está a diretoria da Cooperagrepa e seus colaboradores mais próximos e, do outro, o grupo com maior número de cooperados (o do Condomínio Boa Esperança) liderados pelo senhor Djair.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vivemos num momento de intensas mudanças climáticas por toda a parte do globo terrestre, o qual nos impõem uma reflexão profunda sobre as verdadeiras condições existentes para a perpetuação da vida em nosso planeta. É necessário voltar nossos esforços para alternativas que possibilitem plenas condições de sobrevivências para gerações futuras. Tais condições passam, necessariamente, por uma nova matriz desenvolvimentista, como alternativa à já existente – o modelo capitalista.

O desenvolvimento sustentável vem sendo colocado como uma alternativa a esse modelo capitalista. É verdade que, para alguns estudiosos, é uma alternativa demasiadamente tardia e, por esse motivo inócuo, Porém, é inegável que o desenvolvimento sustentável ainda é o que resta como alternativa concreta diante do caos ambiental que se anuncia.

As duas entrevistas: a do presidente Domingos Vargas e a do senhor Djair Paim retratam um antagonismo irreconciliável. A situação da Cooperagrepa reflete uma contradição institucional, por um lado tem-se uma cooperativa com reconhecimento nacional e internacional, no campo da produção orgânica. E, por outro lado verifica-se uma Entidade incapaz de equacionar questões fundamentais para os seus cooperados - do Condomínio Agrícola Boa Esperança, tais como: **a)** abertura de novos pontos venda dos produtos orgânicos; **b)** viabilização de transporte adequado para a produção; e **c)** instalação de uma agroindústria.

A incapacidade da diretoria de cumprir promessas feitas à época da fundação gerou sentimentos de frustração e indignação juntos aos cooperados do Condomínio Agrícola Boa Esperança. Nesse sentido, observou-se um sentimento de frustração coletiva, uma vez que a melhoria das condições de vida, sob os aspectos financeiro, econômico e social, não foi alcançada com a adesão à Cooperagrepa.

Em meio às graves questões administrativas, verifica-se uma disputa de poder na cooperativa, entre Domingos Vargas (presidente da Cooperagrepa) e Djair Paim (líder dos cooperados do Condomínio Agrícola Boa Esperança). Essa disputa política, até o momento, só trouxe prejuízos econômicos para os cooperados e desgaste institucional para Entidade. Apesar dos cooperados se apresentarem como críticos à gestão do presidente Domingos, não se mobilizam, de forma organizada, para enfrentamento político da situação desfavorável. As ações coletivas se limitam a participações pouco significativas nas assembleias gerais ou em ações isoladas de rebeldia feitas pelo líder Djair. Tais ações, quase sempre, não resultam em soluções concretas para as demandas de seus liderados. Ao contrário, acabam corroborando para o distanciamento existente entre a diretoria da Cooperagrepa e os cooperados do Condomínio Agrícola Boa Esperança.

Diante desse quadro antagônico, é possível que a verdade esteja transitando entre essas duas posições, uma vez que é notório que há uma disputa de poder entre o presidente e o líder. Porém, a investigação “in loco” permitiu afirmar que os cooperados do Condomínio Boa Esperança se encontram numa situação tão precária quanto à situação organizacional da Cooperagrepa.

Ainda considerando o campo contraditório – se não se pode afirmar que esses fatos representem toda a verdade – esses mesmos fatos representam uma parcela significativa da realidade presenciada pelo pesquisador – que o auxilia na identificação de um sentimento comum: um desencantamento nos olhos de todos os entrevistados (tanto de um lado como de outro). E, nesse aspecto particular, não se percebe espaço para alusões teóricas no âmbito contraditório e/ou antagônico. Todos sofrem com seus sonhos não realizados.

A desafiadora tarefa de encontrar um ponto conciliador nas demandas do desenvolvimento econômico, com as questões do uso adequado dos recursos naturais, será concluída com êxito somente se for desenvolvida sob a égide da acessibilidade distributiva, ou seja, aonde todos os atores envolvidos terão acesso aos recursos naturais, como também aos benefícios econômicos e sociais advindos de um processo equilibrado de gestão sustentável. E, nesse aspecto particular, a contabilidade socioambiental pode servir de elemento mediador entre os interesses puramente econômicos com os interesses idealistas daqueles que defendem a preservação ambiental.

No caso específico da Cooperagrepa, as questões de gestão operacional e econômica estão inseridas no âmbito da contabilidade social sustentável, uma vez que implica em estudar as possibilidades de melhoria nas condições econômicas e sociais de um grupo de pessoas (cooperados do Condomínio Boa Esperança). E nesse sentido é necessário a implantação de uma nova política organizacional na Cooperagrepa, na qual privilegie a formalização do controle interno da entidade. Outro ponto importante é instrumentalizar um orçamento social, que proporcione visibilidade as dimensões econômicas e financeiras da cooperativa. E por fim, melhorar os serviços prestados aos cooperados de forma geral, com ênfase nas ações operacionais, como por exemplo: a logística de escoamento da produção agrícola dos produtores. Essas iniciativas serão fundamentais para auxiliar na melhoria das condições econômicas da cooperativa. Além de facilitar o restabelecimento das relações institucionais da Cooperagrepa com os cooperados do Condomínio Boa Esperança.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONILLA J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica: Sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BRAGA, C. (Org.). **Contabilidade ambiental: ferramenta para a gestão da sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.

GASKELL, George. **Entrevistas individuais e grupais**. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

GEWEHR, Mathias Felipe. **Desenvolvimento sustentável e Agenda 21 brasileira: implicações conceituais e específicas**, 2006. Disponível em: <http://jusvi.com/artigos/20826/2>. Acesso em 27 dez.2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

- GUIMARÃES, Mário K.; ARAÚJO, Adilson T. **Ensino básico de cooperativismo à distância**. Confebras, 1999. Disponível em <http://www.cooperforte.org.br/documento.cfm?idedoc=4>. Acesso em 28 dez.2009.
- JACOBI, Pedro. Educar para a sustentabilidade: complexidade, reflexividade, desafios. In: **Revista Educação e Pesquisa**- vol. 31/2, São Paulo, FEUSP - maio-agosto 2005.
- MARTINS, Eliseu, DE LUCA, Márcia M. Ecologia via contabilidade. *Revista Brasileira de Contabilidade*. Brasília - DF: ano 23, nº 86, p.20-29, mar.1994.
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto, em entrevista para **Revista de Economia & Desenvolvimento Sustentável**. Campina Grande/PB Ano 1 . No 0 Junho/2007 . Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~edufcg/filestodownload/revistas/E&DS_Ano_1_N_0_Junho_2007.pdf Acesso em 27.dez.2009.
- MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. **Qualidade e gestão ambiental**. 3.ed. São Paulo, Juarez de Oliveira, 2002.
- OLIVEIRA, N. Braz de. **Cooperativismo: Guia Prático**. Porto Alegre. 1999.
- OLIVEIRA, Nilzélia. **Desafio ambiental no cenário capitalista contemporâneo: desenvolvimento sustentável ou sustentação do desenvolvimento?** Artigo sobre aspectos discutidos na dissertação de mestrado da autora, de título: **Ativismo Ambiental, Performatividade e Modos de Vida: um estudo de caso sobre o cotidiano do Grupo de Ação e Intervenção Ambiental - GAIAI**, 2008.
- RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- RABUSKE, Débora. **O Cooperativismo e o caso da Cooperativa de Crédito Unicred** Porto Alegre. Monografia. Ciências Econômicas. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SCHNEIDER, J. Odelso. Origens do Cooperativismo Moderno. In. MAY. N. L. et al. **Compêndio de cooperativismo UNIMED. Porto Alegre**. WS Editor, 1998.
- SPINK, Mary Jane (org.). **Práticas Discursivas E produção de Sentido no Cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas**. 3ª ed. São Paulo, Cortez. 2004
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável In: **Goldenberg, Mirian (coord.). Ecologia, Ciência e Política**:Rio de Janeiro. Revan. 1992, p. 05-13.
- WCED Our common Future. Oxford: Oxford University Press, 1991, p.49. Disponível em:www.semasa.sp.gov.br/admin/biblioteca/docs/doc/conceitodesenvsustent.doc. Acesso em 14.mai.2009.
- ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K., PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; PERREIRA, D.B.; LASCHEFSKI, K. (Orgs). **A insustentável leveza da política ambiental – desenvolvimento e conflitos socioambientais**.Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005, p. 12-19.
- _____; ZUCATELLI, M. C. **Mapa dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais: notas preliminares de uma pesquisa em andamento – 2008**. Disponível em:http://www.sisgeenco.com.br/sistema/encontro_anppas/ivenanppas/ARQUIVOS/GT6-753-429-20080511203621.pdf?PHPSESSID=799cdb01a2e92b94074ecd163f4d575d. Acesso em 15/05/2009.